

**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 41/2024**  
**ID CidadES: 2024.501C2600006.09.0040**

**PREÂMBULO**

O **CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO PÓLO SUL - CIM POLO SUL**, com sede na Rua Maria Josefina de Resende - 928, Serra, Mimoso do Sul/ES, por meio do Setor de Compras Compartilhadas e Contratações, com fulcro na Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e suas alterações, bem como, demais legislações aplicáveis à matéria e, de acordo com o disposto no presente Aviso e respectivos anexos, que dele passam a fazer parte integrante para todos os efeitos, independentemente de transcrição, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará Dispensa Presencial, com critério de julgamento **menor preço**, na hipótese do **art. 75, inciso II**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. O Aviso encontra-se disponível na página do CIM POLO SUL (<https://www.cimposul.es.gov.br/publicacoes/>), bem como na página do Diário Oficial dos Municípios (Amunes). **Processo Administrativo nº 0995/2024.**

**DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO: DIA 10/07/2024, ÀS 23:59 HORAS via e-mail.**

**REFERÊNCIA DE HORÁRIO: HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO:**  
[licitacao@cimposul.es.gov.br](mailto:licitacao@cimposul.es.gov.br)

**LINK DO EDITAL:** <https://www.cimposul.es.gov.br/publicacoes/>

**1.0 – DO OBJETO:**

**1.1. Contratação de empresa especializada em publicação em jornal diário de grande circulação on-line no Estado do Espírito Santo, para atender às atividades Do Consórcio Público da Região Polo Sul – CIM POLO SUL e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo II, e Proposta constante do anexo I deste Edital de Aviso.**

Item	Descrição dos serviços	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	Contratação de empresa especializada em publicação em jornal diário de grande circulação on-line no Estado do Espírito Santo	cm/col	500		
02	Contratação de empresa especializada em publicação em	cm/col	500		

	jornal diário de grande circulação on-line no Estado do Espírito Santo				

**1.2.** Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

**1.2.1** – ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA;

**1.2.2** – ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA;

**2.0 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

**2.1.** As despesas decorrentes da contratação do objeto desta Dispensa ocorrerão à conta da seguinte dotação orçamentária:

**CIM POLO SUL:**

**2005 – Projeto Atividade**

**Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. 33.90.39.00**

**SAMU 192:**

**2004 – Projeto Atividade**

**Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. 33.90.39.00**

**3.0 – DO VALOR ESTIMADO:**

**3.1** - O valor máximo para contratação será de R\$ 11,15 por cm/col.

**4.0 – DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E/OU PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:**

**4.1** – As matérias deverão ser publicadas, conforme demanda da requisitante, de forma parcelada, no dia subsequente da solicitação, de segunda a sexta-feira, devendo ser enviada por meio de e-mail, até às 17h.

**5.0 – PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:**

**5.1.** A presente DISPENSA ficará ABERTA POR UM PERÍODO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, a partir da data da divulgação no site, e os respectivos documentos deverão ser encaminhados ao e-mail: [licitacao@cimpolosul.es.gov.br](mailto:licitacao@cimpolosul.es.gov.br) ou mediante protocolo no setor de licitação, preferencialmente fazendo referência a DISPENSA Nº 41/2024.

**5.1.1.** Limite para Apresentação da Proposta de Preços: **10/07/2024 às 23h59min.**

**5.1.2.** O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, por meio eletrônico ou por protocolo, no setor de licitações, a proposta com a descrição do objeto/serviço ofertado, a **marca do produto, o modelo** (quando for o caso), e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, devendo, ainda, apresentar declarações com as seguintes informações:

**I** - a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

**II** - o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;

**III** - o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;

**IV** - o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber; e

**V** - o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021 (Não emprega menor).

**5.1.2.1.** A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo I deste Edital.

**5.1.2.2.** As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.

**5.1.2.3.** Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital, devendo obedecer ao valor estipulado pelo Consórcio.

**5.2** - Os documentos necessários à habilitação deverão ser enviados após solicitado pelo Setor de Compras Compartilhadas e Contratações que comunicará a **empresa vencedora**, ou seja, de melhor proposta para apresentar, **via e-mail** ou **protocolado no setor de licitação**, 03 (três) dias após considerada vencedora:

## **6.2 - HABILITAÇÃO:**

### **6.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**6.2.1.1** - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou registro comercial, no caso de empresa individual;

**6.2.1.2** – Cédula de Identidade do representante e/ou sócio administrador;

#### **6.2.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA**

**6.2.2.1** - CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, expedida pelos Cartórios Distribuidores competentes da sede da pessoa jurídica, emitida há, no máximo, 60 (sessenta) dias, quando outro prazo de validade não estiver expresso no documento.

#### **6.2.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

**6.2.3.1** - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

**6.2.3.2** - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**6.2.3.3** - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

**6.2.3.4** - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**6.2.3.5** - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

**6.2.3.6** - Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

**6.2.3.7** - Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

#### **6.2.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**6.2.4.1.** Apresentação de, no mínimo, 01(um) atestado de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços que tenha características semelhantes ao objeto da licitação;

**7.0 – DO PAGAMENTO:**

**7.1.** O pagamento ocorrerá em até 5 dias (cinco) dias úteis, após a efetiva execução/entrega do objeto, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

**7.2.** Para realização dos pagamentos, o licitante vencedor deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante processo de habilitação;

**8.0 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**8.1.** Poderá o CIM POLO SUL revogar a presente dispensa, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

**8.2.** O CIM POLO SUL deverá anular a presente dispensa, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

**8.3.** A anulação do procedimento de dispensa, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

**8.4.** Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo CIM POLO SUL.

Mimoso do Sul/ES, 04 de julho de 2024.

**João Otávio da Silva Malaquias**  
**Agente de Contratação**

## **ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

### **1. MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

### **2.**

O objeto desta Dispensa é a Contratação de Empresa Especializada em publicação em jornal de grande circulação on-line no Estado do Espírito Santo, para atender às atividades do **Consórcio Público da Região Polo Sul – CIM POLO SUL** e o **Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192**, conforme especificação abaixo:

a) Os valores (R\$) informados na tabela abaixo refletem o preço referencial obtido na pesquisa de preços, sendo, portanto, o preço máximo admitido;

b) A empresa proponente deverá cotar a quantidade total estabelecida abaixo. Não serão aceitas propostas que contemplem apenas parte do quantitativo ou que não contemplem todos os itens do lote.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	<b>Contratação de empresa especializada em publicação em jornal diário de grande circulação no Estado</b> ou suplemento, de circulação em todo Estado do Espírito Santo, incluído o município, com página no tamanho tablóide, impressão preto e branco, fonte 6, espaçamento simples entre linhas, para o <b>CIM POLO SUL</b>	500 cm/co		
02	<b>Contratação de empresa especializada em publicação em jornal diário de grande circulação no Estado</b> ou suplemento, de circulação em todo Estado do Espírito Santo, incluído o município, com página no tamanho tablóide, impressão preto e branco, fonte 6, espaçamento simples entre linhas, para o <b>SAMU 192</b>	500 cm/co		

- **VALIDADE DA PROPOSTA:** a contar da data de sua apresentação, não inferior à 60 (sessenta) dias;
- **PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO:** Conforme Termo de Referência



*"Unidos somos mais fortes, juntos vamos mais longe!"*

- **DADOS BANCÁRIOS:**
- **TELEFONE DE CONTATO:**

**(nome e identificação do representante legal)**

**ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**

**PROCESSO Nº 0995/2024**

**INFORMAÇÕES DO SETOR SOLICITANTE**

Superintendência Administrativa e Financeira Consórcio Público Região Polo Sul - CIM POLO  
Rua Maria Josefina de Resende, nº 928, Centro, Mimoso do Sul-ES, CEP 29.400-000.

**1. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**

**1.1.** Foi elaborado Estudo Técnico Preliminar?

( X ) Sim. Documento

( ) Não.

**2. DO OBJETO**

**2.1.** Contratação de empresa especializada em publicação em jornal diário de grande circulação on-line no Estado do Espírito Santo, para atender às atividades do **Consórcio Público da Região Polo Sul – CIM POLO SUL** e o **Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192**, conforme quantitativo e especificação constantes do item 03, deste Termo de Referência.

**3. DAS ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS DO OBJETO E QUANTIDADES.**

**3.1.** Deverão ser rigorosamente atendidas, as especificações constantes da tabela abaixo e observadas os esclarecimentos nela descrita:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO MÍNIMAS	QUANT	UNIDADE DE MEDIDA
01	<b>Contratação de empresa especializada em publicação em jornal diário de grande circulação on-line no Estado</b> <i>ou suplemento, de circulação em todo Estado do Espírito Santo, incluído o município, com página no tamanho tablóide, impressão preto e branco, fonte 6 espaçamentos simples entrelinhas, para o CIM POLO SUL</i>	500	CM/COL
02	<b>Contratação de empresa especializada em publicação em jornal diário de grande circulação on-line no Estado</b> <i>ou suplemento, de circulação em todo Estado do Espírito Santo, incluído o município, com página no tamanho tablóide, impressão preto e branco, fonte 6 espaçamentos simples entre linhas, para o SAMU 192</i>	500	CM/COL

#### **4. DO VALOR E DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.**

**4.1.** A proposta, que compreende a descrição do ofertado, preço unitário, preço total e **validade**, deverá ser compatível com o Termo de Referência.

**4.2.** O valor aceito para a contratação deverá estar compatível com o valor de mercado, estabelecido por meio de pesquisa de preços;

**4.3.** A proposta será apresentada com valores em real, redigida em português, em formulário oficial deste Consórcio Público, que contenha a razão social, endereço, telefone e CNPJ;

**4.4.** No preço já estão inclusas todas e quaisquer despesas necessárias para a perfeita execução dos serviços, tais como, transporte, tributos, fretes, encargos sociais, seguros e demais despesas inerentes à execução do objeto. A Contratante aceitará cobrança posterior de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de assinatura do Contrato e, que venha, expressamente, a incidir sobre o objeto a ser contratado, na forma da Lei.

**4.5.** Será vencedora a proposta de menor preço por item/lote/global, desde que a empresa ofertante comprove sua regularidade com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tenha como cumprir os prazos e condições estabelecidos neste Termo.

#### **5. TIPO DE CONTRATAÇÃO**

##### **5.1. Prestação de serviço:**

( ) parcela única.

( X ) parcelado.

##### **5.2. Se prestação de serviço, é de natureza continuada?**

( X ) Sim.

( ) Não

**5.2.1.** Considerando que, a Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, conforme disposto no artigo 106 da Lei nº. 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).

**5.2.2.** Neste caso, demonstra-se que, a pretensão da presente contratação é de que, os serviços sejam prestados, habitualmente, com vistas a dar publicidade dos atos administrativos do CIM POLO SUL, em cumprimento das determinações legais vigentes.

##### **5.2. Modalidade sugerida e Modo de Disputa:**

( ) Dispensa de licitação, Art. 75, I.

(X) Dispensa de licitação, Art. 75, II.

- ( ) Inexigibilidade de licitação, Art. 74.  
( ) Pregão Eletrônico

**5.3. Modo de Disputa:**

- ( ) Aberto  
( ) Aberto e Fechado

**6. FORMA DE ADJUDICAÇÃO**

- ( X ) Por Item.  
( ) Por Lote.

**7. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

- ( X ) Menor Preço.  
( ) Maior Desconto.  
( ) Menor Taxa.

**7.1. Será admitida a participação de consórcios de empresas?**

- ( ) Sim.  
( X ) Não.

**8. NECESSÁRIO LICENCIAMENTO AMBIENTAL:**

- ( ) Sim.  
( X ) Não.

**9. HOUVE AUDIÊNCIA PÚBLICA:**

- ( ) Sim.  
( X ) Não.

**10. JUSTIFICATIVA**

**10.1.** A referida contratação se dá pela necessidade de promoção da transparência nos processos licitatórios, e demais atos administrativos realizados pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLO SUL**.

**10.2.** Considerando a obrigatoriedade da divulgação dos atos oficiais e administrativos, avisos de licitações, avisos de dispensas, extratos de contratos, extratos de termos aditivos, e outras matérias de interesse público, principalmente, no que tange ao disposto no artigo 37, caput, da Constituição Federal:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e também o seguinte:*

**10.3.** Além disso, com a promulgação da **Lei 14.133 de 2021**, que estabelece as normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a publicação em jornal diário de grande circulação se tornou obrigatória, além **Art. 54, §1º**. da referida norma:

***Art. 54.** A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).*

***§ 1º** Sem prejuízo do disposto no caput, é obrigatória a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, bem como em jornal diário de grande circulação. (grifo nosso).*

**10.4.** Dessa forma, considerando a legislação citada, a contratação se faz necessária para conferir publicidade aos atos praticados no curso de uma contratação pública. Considerando o que preconiza a **lei 14133/21**, optamos pela contratação de empresa para a publicação em jornal diário de grande circulação **"on-line"** no Estado, em atendimento aos princípios da publicidade e da transparência dos atos praticados no âmbito deste Consórcio, além, do interesse público, da razoabilidade, da proporcionalidade e da economicidade, consoante mandamento constitucional e em especial, o contido no **artigo 5º** da mencionada Lei.

***Art. 5º.** Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#)*

## **11. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

**11.1.** Não incidem critérios de sustentabilidade na presente licitação, conforme justificativa abaixo:

**11.1.1.** No escopo dessa contratação não foram identificados elementos que possam gerar impacto ambiental em sua execução.

**11.2.** Entretanto, a contratada deverá empregar, sempre que possível e no que couber para a correta execução do objeto, materiais e equipamentos que atendam a critérios de

sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental.

## **12. ENTREGA/PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**

**12.1.** As matérias a serem publicadas deverão ser veiculadas nos cadernos "CLASSIFICADOS" ou "NOTICIÁRIOS".

**12.2.** Os textos serão encaminhados à contratada, juntamente, com a solicitação do serviço, por meio de correio eletrônico (e-mail) ou diretamente à sede da contratada.

**12.3.** As matérias deverão ser publicadas em edições de segunda a sexta-feira, em dias úteis. Excepcionalmente, poderá haver publicações nos fins de semana ou feriados, conforme solicitação do contratante.

**12.4.** As publicações deverão ser efetivadas nas datas previstas nas solicitações expedidas pela contratante, que serão enviadas até às 17 horas do dia útil anterior ao da publicação.

**12.5.** Deverá ser fornecida a Contratante, acesso à edição do jornal digital, do dia em que ocorrer a publicação contratada, a fim de possibilitar o controle por parte da fiscalização do contrato.

**12.6.** Cópia do arquivo eletrônico da publicação realizada no jornal deverá ser enviada a Contratante, por e-mail, no mesmo dia em que for efetivada.

**12.7.** Repetir a publicação devidamente corrigida no dia seguinte ao da ocorrência, sempre que for verificada qualquer inconformidade entre o texto publicado e o fornecido para publicação;

### **12.8. O objeto do contrato será recebido das seguintes formas:**

**12.8.1. Provisória**, mediante recibo, imediatamente após a entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade;

**12.8.2. Definitiva**, mediante recibo, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal.

**12.8.3.** Os serviços prestados em desconformidade com o especificado no Termo de Referência ou o indicado na proposta, serão rejeitados, parcial ou totalmente, conforme o caso, e a Contratada será obrigada a substituí-los no prazo estipulado pela Fiscalização, contado da data do recebimento de notificação escrita, necessariamente, acompanhada do Termo de Recusa de Material/serviço, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução.

**12.8.4.** Essa notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

### **13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

#### **13.1. A Contratada obriga-se a:**

- a)** Executar o objeto da Contratação em prazo e condições, conforme planilha apresentada no Termo de Referência;
- b)** Acatar as exigências dos poderes públicos e pagar, às suas expensas, as multas que lhe forem impostas pelas autoridades;
- c)** Responder, integralmente, por perdas e danos que vierem a causar, diretamente ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente, de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- d)** Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos produtos adquiridos por seus empregados, os quais não têm nenhum vínculo empregatício com a administração;
- e)** Adotar todos os critérios de segurança e sigilo quanto à execução dos serviços;
- f)** Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços prestados, assim como, pelas adequações necessárias. Os extratos publicados com falhas ou erros não serão pagos e deverão ser republicados por conta da Contratada;
- g)** Efetuar as correções decorrentes de imperfeições ou erros verificados, ainda que posterior à aceitação, arcando com as despesas decorrentes do evento;
- h)** Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para o Consórcio;
- i)** Manter a compatibilidade com as obrigações assumidas durante toda a execução do contrato;
- j)** Apresentar notas fiscais dos serviços, acompanhadas de cópias das publicações, para conferência do gestor do contrato;

**13.2.** A contratada é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos ou serviços contratados.

**13.3.** A contratada não poderá em hipótese alguma utilizar em benefício próprio ou de terceiros, informações confidenciais, ou não, divulgadas ao público, as quais tenham acesso por força de suas atribuições contratuais.

### **14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

#### **14.1. A Contratante obriga-se a:**

- a)** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;
- b)** Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado e conforme contrato;
- c)** Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as

obrigações contratuais;

**d)** Fiscalizar e inspecionar os serviços ou a entrega dos produtos e verificar o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, quando estes não atenderem ao especificado;

**e)** Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos.

**f)** Enviar os textos para a publicação em tempo hábil.

## **15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

**15.1.** Os recursos para cobrir as despesas do objeto desta contratação correrão a conta do orçamento próprio deste Consorcio pela seguinte dotação Orçamentária:

### **CIM POLO SUL:**

01 – CIM POLO SUL – CONSÓRCIO PÚBLICO POLO SUL
01 – CIM POLO SUL – CONSÓRCIO PÚBLICO POLO SUL
2.005 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA AREA DA SAUDE
<b>3.3.90.39.00.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA</b>
1.880.0000 – RECURSOS PRÓPRIOS

### **SAMU 192**

01 – CIM POLO SUL – CONSÓRCIO PÚBLICO POLO SUL
01 – CIM POLO SUL – CONSÓRCIO PÚBLICO POLO SUL
2.004 – GESTÃO ASSOCIADA DOS SERVIÇOS DO SAMU
<b>3.3.90.39.00.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA</b>
1.880.0000 – RECURSOS PRÓPRIOS

## **16. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**16.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto.

## **17. DO ACOMPANHAMENTO, DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO.**

**17.1.** Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, a Contratante designará, dentro do seu quadro de funcionários, um representante para acompanhar e fiscalizar toda a prestação dos serviços, objeto do presente Termo, e sempre que estes não forem realizados a contento, a Contratada será notificada por escrito, devendo imediatamente regularizá-los.

**17.2.** O fiscal nomeado para acompanhar a execução das obrigações assumidas pela Contratada terá autoridade para exercer, como representante do Consórcio, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual, objetivando garantir qualidade e conformidade com o objeto deste Termo de Referência, nos termos do art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**17.3.** O Fiscal, designado pelo Consórcio, acompanhará a prestação dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, indicando dia, mês e ano, bem como, o nome dos envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**17.4.** A fiscalização de que trata este item não exclui e nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive, perante terceiros por qualquer irregularidade, ainda que, resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

**17.5.** Serão indicados para fiscalizar esta aquisição/contratação os seguintes colaboradores públicos:

#### **CIM POLO SUL**

**TITULAR**

**NOME:** CAMILA ALVES FONSECA

**CARGO/FUNÇÃO:** Assistente Administrativo

**E-MAIL:** [administrativo@cimpolosul.es.gov.br](mailto:administrativo@cimpolosul.es.gov.br)

**TELEFONE CELULAR:** (28) 999-307

**SUPLENTE**

**NOME:** LEIDIANE CARARO

**CARGO/FUNÇÃO:** Assistente Administrativo

**E-MAIL:** [administrativo@cimpolosul.es.gov.br](mailto:administrativo@cimpolosul.es.gov.br)

**TELEFONE CELULAR:** (28) 999-307

#### **SAMU 192**

**TITULAR**

**NOME:** MICHELE BATISTA ALMAGRO

**CARGO/FUNÇÃO:** Coordenadora Administrativa

**E-MAIL:** [samu@cimpolosul.es.gov.br](mailto:samu@cimpolosul.es.gov.br)

**TELEFONE CELULAR:** (28) 999-307

**SUPLENTE**

**NOME:** JÉSSICA PEDRAZZI NASCIMENTO SEIXAS

**CARGO/FUNÇÃO:** Supervisora Contábil

**E-MAIL:** [equipetecnicasamu192@cimpolosul.es.gov.br](mailto:equipetecnicasamu192@cimpolosul.es.gov.br)

**TELEFONE CELULAR:** (28) 999-307

## **18. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS.**

**18.1.** Não se aplica.

## **19. DO PAGAMENTO E CONDIÇÕES**

**19.1.** O pagamento será realizado em favor da Contratada até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante apresentação de documento fiscal, devidamente, atestado. A efetuação do pagamento fica condicionada a apresentação, por parte da Contratada, dos Certificados de Regularidade Fiscal descritos no item 19.2.

**19.2.** Para efetivação do pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos, devidamente, atualizados e anexados ao documento fiscal:

- a)** Certidão Negativa de Débito Estadual e Municipal;
- b)** Comprovante de Regularidade Fiscal (FGTS);
- c)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme Lei nº 12.440/2011; e
- d)** Prova de regularidade de Tributos Federais e Dívida Ativa da União.

**19.3.** Incumbirá à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada fatura devida, a ser revisto e aprovado pelo Contratante.

**19.4.** Se houver alguma incorreção na fatura, o pagamento será suspenso, até que a Contratada proceda à alteração devida. Qualquer erro detectado no documento fiscal deverá ser corrigido pela Contratada em um prazo de até 05 (cinco) dias, a partir de notificação expedida pela Contratante, emitindo novo documento fiscal, quando serão reabertos todos os prazos acima estabelecidos para o respectivo pagamento.

**19.5.** O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a Nota Fiscal que deverá ser o mesmo cadastro habilitado na Contratação.

**19.6.** A Contratada obriga-se a manter-se em compatibilidade com as condições de habilitação assumidas na Contratação, durante todo o período de execução deste Contrato.

**19.7.** A Contratante poderá deduzir do montante a pagar, os valores correspondentes à multas ou indenizações devidas pela Contratada.

**19.8.** Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação contratual, fiscal ou previdenciária, sem que isso gere direito à reajustamento de preços, atualização monetária ou aplicação de penalidade a Contratante.

**19.9.** É vedada a antecipação do pagamento sem a contraprestação dos serviços.

**19.10.** O pagamento poderá ser suspenso, no caso do não cumprimento de quaisquer das obrigações que possam, de qualquer forma, prejudicar o interesse da Contratante.

**19.11.** A Contratante não se responsabilizará por quaisquer autuações fiscais ou gravames futuros, decorrentes de interpretações errôneas, por parte da Contratada, nas aplicações de impostos, alíquotas, suspensões, base de cálculo, isenções etc.

**19.12.** O pagamento será devido apenas aos serviços de publicidade, efetivamente, prestados, conforme demanda da Contratante.

**19.13.** A não solicitação do total dos serviços previstos durante a vigência do contrato, não gerará quaisquer direitos à CONTRATADA.

## **20. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO.**

**20.1.** O período de vigência do instrumento contratual será de **12 (doze) meses** a contar da data de assinatura do contrato ou emissão da ordem de fornecimento, e prorrogável de acordo com os Artigos 105 a 114 da Lei 14.133/21.

**20.2.** Caso o Contrato seja assinado eletronicamente, o prazo de vigência será contado a partir da data da última assinatura.

## **21. DO REAJUSTE**

**21.1.** Os preços, inicialmente contratados são fixos e irredutíveis pelo período de 12 (doze) meses.

## **22. DA GARANTIA CONTRATUAL.**

**22.1.** Não aplicável.

## **23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**23.1.** A empresa contratada deverá observar, rigorosamente, as condições estabelecidas para a execução do objeto, sujeitando-se às penalidades constantes no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

**23.2.** Caso a contratada, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato ou, deixar de entregar ou apresentar documentação em desacordo ao exigido, ou ainda, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantendo a proposta, falhando ou fraudando a execução do contrato, comportando-se, assim, de modo inidôneo, ou ainda, cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no presente Termo de Referência, no contrato e das demais cominações legais.

**23.3.** A Contratante deve determinar o prazo de aplicação da sanção, contando com o máximo de 05 (cinco) anos, tomando por pressupostos as especificidades de cada caso e a gravidade das condutas apuradas.

**23.4.** As sanções administrativas somente serão aplicadas após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia.

**23.5.** A notificação deverá ocorrer, pessoalmente, ou por correspondência com Aviso de Recebimento - AR, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa.

**23.6.** O prazo para apresentação de defesa prévia perante as notificações será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação, onde deverá ser observada a regra de contagem de prazo estabelecida no artigo 183 da Lei nº. 14.133/2021.

**23.7.** O descumprimento das obrigações, o atraso no cumprimento dos prazos contratuais ou a sua inexecução total ou parcial, sujeita a contratada à aplicação da penalidade de multa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato, à qualquer tempo e aplicação das demais sanções legais cabíveis;

**23.8.** Ficam estabelecidos os seguintes percentuais para as multas aplicáveis:

- a)** 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto ou atraso no pagamento dos prestadores e ou profissionais envolvidos na prestação dos serviços, até o 30º (trigésimo) dia, calculado sobre o valor do Contrato.

**23.9.** Demais casos de descumprimento contratual, quando a Contratante, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

**23.10.** O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado do valor do pagamento devido pela Contratante.

**23.11.** As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**23.12.** Fica, desde já, ajustado que, todo e qualquer valor que vier a ser imputado pela CONTRATANTE à CONTRATADA, à título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do art. 586 do Código de Processo Civil. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação

definida como de responsabilidade da CONTRATADA e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pela CONTRATANTE.

**23.13.** As multas e penalidades previstas não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime a CONTRATADA da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados ao Consórcio por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

## **24. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **24.1. REGULARIDADE FISCAL**

**a)** Ato constitutivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, no caso de sociedade por ações acompanhado de documento de eleição dos seus administradores ou Registro comercial no caso de empresa individual.

**b)** Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Prova de Regularidade de Tributos Federais e Dívida Ativa da União - Certidão Conjunta PGFN e RFB);

**c)** Prova de regularidade (certidão) com o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço);

**d)** Prova de regularidade (certidão) com a Fazenda Estadual - Estado Sede da Empresa Contratada;

**e)** Prova de regularidade (certidão) com a Fazenda Municipal da Sede da Contratada;

**f)** Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho através da Certidão Negativa de Débitos;

**g)** Trabalhistas (CNDT), em atendimento à Lei nº 12.440/2011;

**h)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ.

## **25. QUALIFICAÇÃO ECÔNOMICO-FINANCEIRA**

**25.1.** Certidão Negativa de Pedido de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou por meio do sítio eletrônico do Tribunal de Justiça, observada a data de validade definida no instrumento. No caso de silêncio do documento a respeito de sua validade, a certidão negativa de falência, recuperação judicial e recuperação extrajudicial, para fins de habilitação;

**25.2.** Caso a Contratada apresente Certidão Positiva, poderá celebrar contrato, desde que o juízo em que tramita o procedimento da recuperação judicial certifique que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a administração pública, levando em consideração o objeto a ser contratado, em atendimento ao PARECER/CONSULTA -TC Nº 008/2015 – PLENÁRIO – PROCESSO – TC-3519/2013 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

## **26. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**26.1. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão da licitante na execução do objeto solicitado;

## **27. RESPONSABILIDADES**

### **27.1. Justificativa de Contratação**

Natália Gomes de Souza;

### **27.2. Autorização do Proc. Licitatório**

Não se aplica;

### **27.3. Elaboração do ETP.**

Vanessa Marques Ribeiro;

### **27.4. Aprovação do ETP.**

Katiuscia Scarpini Pavão;

### **27.5. Elaboração da Especificação.**

Vanessa Marques Ribeiro;

### **27.6. Aprovação da Especificação.**

Katiuscia Scarpini Pavão;

### **27.7. Elaboração do Quantitativo.**

Natália Gomes de Souza;

### **27.8. Aprovação do Quantitativo.**

Katiuscia Scarpini Pavão;

### **27.9. Elaboração do TR/Projeto Básico.**

Vanessa Marques Ribeiro;

### **27.10. Aprovação do TR/Projeto Básico.**

Katiuscia Scarpini Pavão;

### **27.11. Elaboração Pesquisa de Mercado.**

Vanessa Marques Ribeiro;

### **27.12. Aprovação Pesquisa de Mercado.**

Sérgio Farias Fonseca;

### **27.13. Razão Escolha Fornecedor/exec.**

Sérgio Farias Fonseca;

### **27.14. Elaboração Parecer Jurídico.**

Frederico Rodrigues da Silva;

## **28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.**

**29.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Mimoso do Sul - Es, para dirimir possíveis litígios decorrentes deste procedimento licitatório.

**29.2.** Quaisquer dúvidas quanto às especificações, favor consultar a supervisora de compras através do telefone (28) 3555-1990 ou e-mail [compras@cimpolosul.es.gov.br](mailto:compras@cimpolosul.es.gov.br).

**30. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

NOME: Vanessa Marques Ribeiro

CARGO/FUNÇÃO: Supervisora Administrativa de compras compartilhada e contratações

LOGRADOURO: Rua Maria Josefina de Resende, 928, Serra, Mimoso do Sul - ES

E-MAIL: [compras@cimpolosul.es.gov.br](mailto:compras@cimpolosul.es.gov.br)

TELEFONE CELULAR: (28) 99923-0577

TELEFONE FIXO: (28) 3555-1990

**31. RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

NOME: Katiuscia Scarpini Pavão.

CARGO/FUNÇÃO: Superintendente.

LOGRADOURO: Rua Maria Josefina de Resende, 928, Serra, Mimoso do Sul - ES

E-MAIL: [diretoria@cimpolosul.es.gov.br](mailto:diretoria@cimpolosul.es.gov.br)

TELEFONE CELULAR: (28) 99915-0577

TELEFONE FIXO: (28) 3553-1670

Mimoso do Sul-ES, 03 de julho de 2024.

**Vanessa Marques Ribeiro**

Supervisora Administrativa de compras compartilhada e contratações

**Katiuscia Scarpini Pavão**

Superintendente Administrativa e Financeira